

COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE — C P E

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

RELATÓRIO DO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO BALANÇO E  
PARECER DO CONSELHO FISCAL

TERCEIRO EXERCÍCIO

1 9 7 1

SEDE

RUA DE SÁ DA BANDEIRA, 567

PORTO

ESTABELECIMENTO CENTRAL

AVENIDA INFANTE SANTO, 15

LISBOA



*Aguiar*

COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE — CPE  
S. A. R. L.

RELATÓRIO  
DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
BALANÇO  
E  
PARECER DO CONSELHO FISCAL

TERCEIRO EXERCÍCIO

1 9 7 1

neg. 175471  
Ec 10303

---

Tip. SOCIEDADE de PAPELARIA, Lda.  
Rua da Boavista, 375 — P O R T O

# ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

## CONVOCATÓRIA

Convoco os Senhores Accionistas, com direito de voto, nos termos estatutários, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na Sede Social, Rua de Sá da Bandeira, n.º 567, da cidade do Porto, no próximo dia 28 do mês de Março, às 15 horas, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º — Deliberarem sobre o Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal, Balanço e Contas, relativos ao exercício do ano de 1971;
- 2.º — Deliberarem sobre uma proposta do Conselho de Administração para alteração do art. 9.º, n.ºs 1 e 2, art. 14.º, n.º 1, art. 15.º, n.º 1 e art. 38.º, *d*), dos Estatutos.

Porto, 2 de Março de 1972.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

*Daniel Maria Vieira Barbosa*

---

#### NOTA:

Nos termos do art. 9.º dos Estatutos, 1000 acções dão direito a um voto, sendo permitido o agrupamento de accionistas que, isoladamente, as não possuam, devendo, neste caso, ser entregue na sede social, com a antecedência mínima de oito dias, carta assinada por todos com indicação da identidade do accionista escolhido para os representar.

O exercício do direito de voto dependerá:

- a) — Para os possuidores de acções nominativas, de o averbamento das mesmas em seu nome ter sido efectuado com a antecedência mínima de oito dias em relação à data da reunião;
- b) — Para os titulares de acções ao portador, do depósito em seu nome na Sede Social, no Estabelecimento Central, ou em qualquer Banco do País, das acções que possuam, com a antecedência mínima de dois dias.

Em conformidade com o art. 15.º dos Estatutos, podem os accionistas, com direito a tomar parte na Assembleia, fazer-se representar por outros accionistas, que a ela pertençam, sendo contudo limitado a duas o número de representações. O respectivo mandato poderá ser conferido por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa até dois dias antes do fixado para a reunião, na qual seja devidamente identificado o representante.



# SUMÁRIO

0 — *Resumo estatístico*

1 — *Exploração*

1.1 — Empreendimentos em exploração

1.2 — Reflexões sobre a produção

1.3 — Evolução dos consumos

1.4 — Movimento de energia

1.5 — Contratos, tarifas e receitas de exploração

1.6 — Abastecimento de combustíveis

2 — *Novos empreendimentos*

2.1 — Empreendimentos em curso de realização

2.2 — Planeamento de novos centros produtores

2.3 — Planeamento da rede de transporte

3 — *Investigação*

3.1 — Laboratório Central

3.2 — Centros de Cálculo

4 — *Pessoal e Organização. Acção social*

4.1 — Organização geral

4.2 — Assuntos gerais de pessoal. Conselho do Pessoal

4.3 — Formação profissional

4.4 — Acção social

5 — *Representação noutras empresas*

5.1 — Hidro Eléctrica Portuguesa

5.2 — Empresa Insular de Electricidade (Ponta Delgada)

5.3 — Empresa Carbonífera do Douro

5.4 — SONEFE

6 — *Investimento e meios financeiros*

7 — *Plano de financiamento para 1972*

8 — *Balanço e resultados*

9 — *Considerações finais*

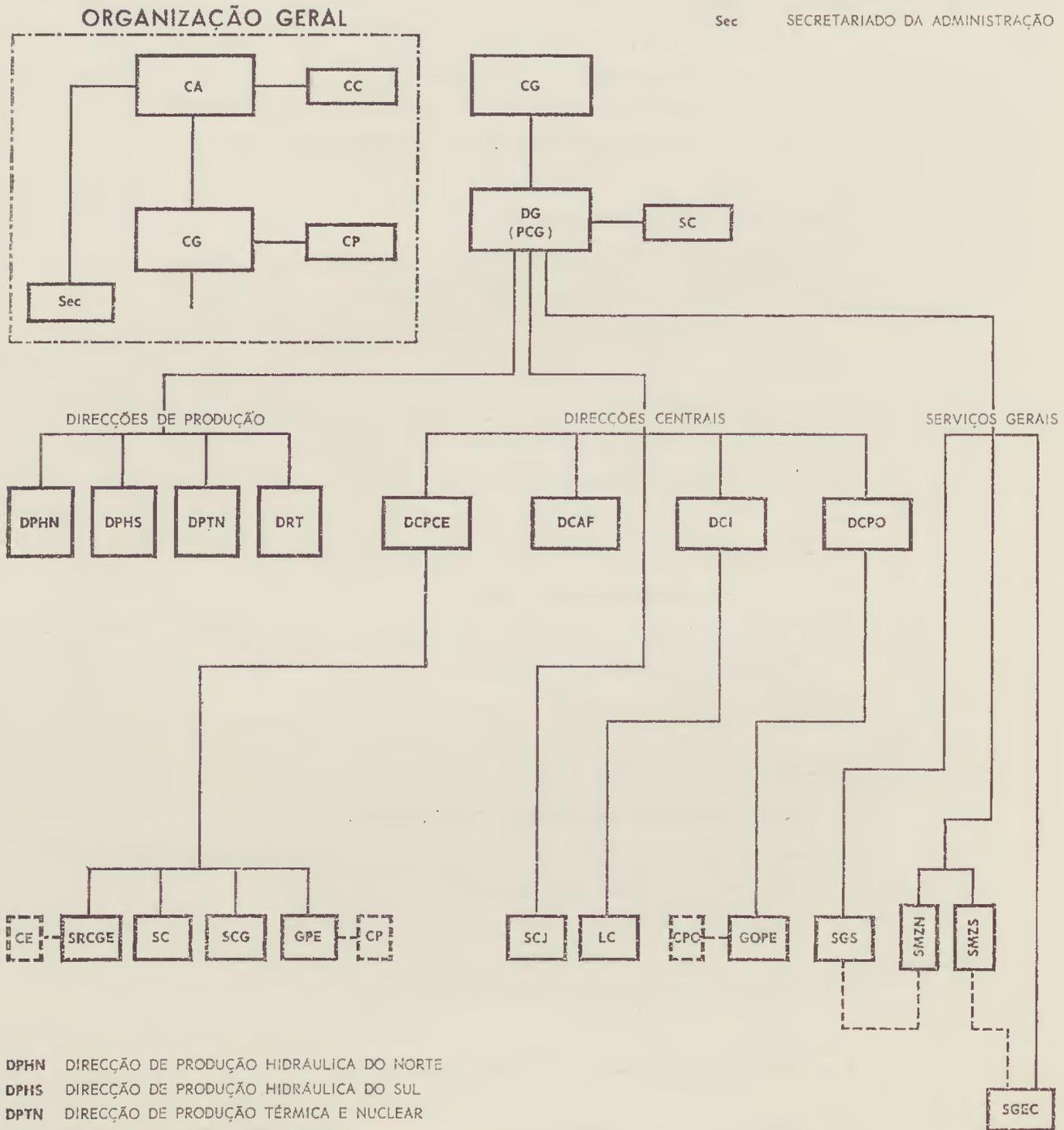
Mapas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

# ORGANIGRAMA DA COMPANHIA

(com referência a 31/12/1971)

- CA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- CG CONSELHO DE GERÊNCIA
- DG(PCG) DIRECTOR GERAL (PRESID. DO CONSELHO DE GERÊNCIA)
- CC CONSELHO CONSULTIVO
- CP CONSELHO DO PESSOAL
- SC SECRETARIADO CENTRAL
- Sec SECRETARIADO DA ADMINISTRAÇÃO



- DPHN DIRECÇÃO DE PRODUÇÃO HIDRAULICA DO NORTE
- DPHS DIRECÇÃO DE PRODUÇÃO HIDRAULICA DO SUL
- DPTN DIRECÇÃO DE PRODUÇÃO TÉRMICA E NUCLEAR
- DRT DIRECÇÃO DA REDE DE TRANSPORTE
- DCPCE DIRECÇÃO CENTRAL PARA O PLANEAM. E COORD. ECONÓM.
- DCAF DIRECÇÃO CENTRAL PARA OS ASSUNTOS FINANCEIROS
- DCI DIRECÇÃO CENTRAL PARA A INVESTIGAÇÃO
- DCPO DIRECÇÃO CENTRAL PARA O PESSOAL E ORGANIZAÇÃO
- CE COMISSÃO DA EXPLORAÇÃO
- SRCGE SERV. REPART. CARGAS E GESTÃO DA EXPLORAÇÃO
- SC SERVIÇOS COMERCIAIS
- SCG SERVIÇOS DE CONTROLE DE GESTÃO
- GPE GABINETE DE PLANEAMENTO ECONÓMICO
- CP COMISSÃO DE PLANEAMENTO

- SCJ SERVIÇOS CENTRAIS JURÍDICOS
- LC LABORATÓRIO CENTRAL
- CPO COMISSÃO DE PLANEAM. DA ORGANIZAÇÃO
- GOPE GABINETE DE ORGANIZ. E PLAN. DE ESTRUTURAS
- SGS SERVIÇOS GERAIS DA SEDE
- SMZN SERVIÇOS MÉDICOS DA ZONA NORTE
- SMZS SERVIÇOS MÉDICOS DA ZONA SUL
- SGEC SERVIÇO GERAL DO ESTABELECIMENTO CENTRAL

## SENHORES ACCIONISTAS:

Apresentamos à vossa consideração o balanço, as contas e o relatório da actividade da Companhia no exercício de 1971.

O presente relatório foi elaborado de forma um pouco diferente da dos anos anteriores, tendo-se procurado realçar os aspectos de ordem económico-financeira e reduzir a descrição dos de natureza técnica, designadamente quanto aos empreendimentos em construção, o que certamente facilitará a leitura e permitirá uma apreciação mais de acordo com as finalidades deste documento.

Do critério seguido não resultará, no entanto, redução de informação aos senhores accionistas, uma vez que será distribuído a todos um relatório técnico que vai ser, brevemente, publicado pela Companhia e para o qual será remetida essa descrição dos trabalhos de construção, juntamente com uma estatística energética da rede primária. A publicação desta estatística energética seria, aliás, aconselhável por si só, para se dar continuidade ao relatório anual do Repartidor Nacional de Cargas, organismo que, como é do conhecimento geral, foi extinto pelo Decreto n.º 113/71, de 30 de Março de 1971, após 20 anos de bons serviços no exercício da actividade de coordenação da rede primária. As respectivas funções foram cometidas à CPE, como era solução natural, após a fusão realizada, assinalando-se o significado de confiança que tal representa por parte do Governo e a consequente responsabilização assim atribuída à Companhia.

Na generalidade, pode ainda acrescentar-se, nestas considerações preliminares, que o ano de 1971 terá sido de consolidação da orgânica da CPE estabelecida ao longo do seu primeiro ano de existência, essencialmente dedicado à organização. Deseja-se que no terceiro ano se inicie uma fase de dinamização dos métodos e processos de trabalho; e espera-se que a referência, ao longo do presente relatório, a diversas iniciativas em curso, ajudará a fazer crer neste propósito, de cuja concretização dependerá, em larga medida, a produtividade duma empresa desta dimensão.

0 — RESUMO ESTATÍSTICO

	Unidades	1971	1970	Variação %
<b>VENDA DE ELECTRICIDADE</b>				
TOTAL . . . . .	GWh	5 874,8	5 433,4	+ 8,1
A grandes distribuidores . . .	GWh	5 098,5	4 645,9	+ 9,7
A consumidores directos per- manentes . . . . .	GWh	444,8	409,7	+ 8,5
A consumidores de carácter não permanente . . . . .	GWh	331,5	377,8	— 12,3
Preço médio total . . . . .	ctvs/kWh	32,8	31,5	+ 4,1
Preço a grandes distribuidores	ctvs/kWh	34,0	33,3	+ 2,1
Preço a consumidores directos permanentes . . . . .	ctvs/kWh	26,5	26,0	+ 0,2
Preço a consumidores de ca- rácter não permanente . . .	ctvs/kWh	22,1	14,2	+ 53,5
<b>ELEMENTOS FINANCEIROS</b>				
Venda de energia a clientes .	10 <sup>3</sup> contos	1 925,3	1 710,6	+ 12,6
Combustíveis consumidos . . .	»	164,8	159,9	+ 3,1
Energia adquirida e importada	»	45,7	—	—
Despesas de exploração geral e impostos . . . . .	»	384,3	384,6	—
Encargos financeiros:				
Globais . . . . .	»	554,0	441,2	+ 25,6
À carga da exploração . . .	»	322,3	309,0	+ 4,3
Amortizações financeiras . . .	»	465,6	365,1	+ 27,5
Resultados antes das dotações às subvenções legais e do FAT . . . . .	»	949,7	798,2	+ 19
Subvenções legais (a) . . . . .	»	216,0	110,0	+ 96,4
Fundo de Apoio Térmico — — FAT (b) . . . . .	»	238,7	195,0	+ 22,4
Lucro líquido . . . . .	»	495,0	493,2	+ 0,4
Dividendos atribuídos . . . . .	»	437,9	437,9	—
Investimento do ano . . . . .	»	1 761,9	1 519,2	+ 16
Investimento acumulado bruto	»	19 095,8	17 333,9	+ 10,2
Reintegrações do ano . . . . .	»	380,2	332,4	+ 14,4
Reintegrações acumuladas . . .	»	2 164,8	1 784,6	+ 21,3
Financiamento do ano . . . . .	»	1 633,8	1 440,5	+ 13,4
Capitais permanentes:	»	16 616,6	15 174,3	+ 9,5
Próprios e condicionados . . .	»	8 253,8	8 016,8	+ 3
Alheios . . . . .	»	8 362,8	7 157,5	+ 16,8
Recursos próprios (acumula- dos) . . . . .	»	10 418,7	9 801,3	+ 6,3
Capacidade de autofinancia- mento global . . . . .	»	1 003,1	847,6	+ 18,3
Lucro líquido/Capital em cir- culação . . . . .	%	9	9	—
Investimento do ano/vendas . .	%	90,2	90,0	—
<b>PRODUÇÃO</b>				
Número de centrais . . . . .	—	15	14	—
Potência instalada em 31 de Dezembro . . . . .	MW	1 743	1 623	+ 7,4
Nova potência instalada . . . . .	MW	120	—	—
Produção total . . . . .	GWh	6 352,8	6 068,1	+ 4,7
Ponta máxima . . . . .	MW	1 260	1 206	+ 4,5
<b>TRANSPORTE</b>				
Comprimento de linhas:				
220 kV . . . . .	km	1 506	1 490	+ 0,1
150 kV . . . . .	km	1 340	1 340	—
60 kV . . . . .	km	372	372	—
Número de subestações . . . . .	—	11	11	—
Potência instalada nas subes- tações . . . . .	MVA	2 635	2 395	+ 10,0

(a) Complemento para amortizações financeiras e autofinanciamento, nos termos do Decreto-Lei n.º 46 031, de 14-11-1964, e do Decreto-Lei n.º 46 917, de 23-3-1966.

(b) Decreto-Lei n.º 46 031, de 14-11-1964.

## 1 — EXPLORAÇÃO

### 1.1 — Empreendimentos em exploração

Os empreendimentos que a CPE tem actualmente em exploração são os seguintes:

Sistema	Empreendimento	Ano de entrada em serviço	Potência MW	Custo (milhares de contos)
Cávado-Rabagão	Venda Nova	1951	81	470
	Salamonde	1953	42	216
	Cançada	1955	60	396
	Paradela	1956	54	810
	Alto Rabagão	1964	72	1 574
Douro	Picote	1958	180	705
	Miranda	1960	174	886
	Bemposta	1964	210	1 099
	Távora	1965	64	968
	Carrapatelo	1971	120	1 906
Zêzere	C. do Bode	1951	139	675
	Cabril	1954	97	512
	Bouçã	1955	50	202
Total hídrico			1 343	10 419
Termoeléctrico	T. do Outeiro			
	Grupo 1	1960	50	324
	Grupo 2	1964	50	248
	Grupo 3	1967	50	257
	Carregado			
Grupo 1	1968	125	823	
Grupo 2	1969	125	430	
Total térmico			400	2 082
Rede de transporte	Linhas:			
	220 kV	1 506 km		741
	150 kV	1 340 km		440
	60 kV	372 km		72
	Subestações:			
	Ermesinde	250 MVA		98
	Vermoim	480		128
	Estarreja	120		59
	Pereirós	360		115
	Vila Chã	120		47
	Zêzere	120		72
	Sacavém	305		108
	Alto de Mira	480		120
	Setúbal	180		48
Porto Alto	120		55	
Fer. do Alentejo	100		46	
Total de rede de transporte			2 635 MVA	2 149
Outras instalações	Laboratório e telecomunicações			129
TOTAL				14 779

Notas ao quadro anterior:

Em relação ao ano transacto, este quadro difere:

- no aproveitamento de Carrapatelo, no Douro Nacional: os 1.º e 2.º grupos, de 60 MW cada, entraram em serviço em Abril e Agosto, respectivamente (o 3.º e último grupo, de 60 MW também, entrará em exploração no ano corrente);
- na rede de transporte: aumento da rede de 220 kV com a ligação da linha Carregado-Porto Alto e da potência de transformação com a ampliação de Alto de Mira.

## 1.2 — Reflexões sobre a produção

A produção total de energia eléctrica em Portugal Continental, durante o ano de 1971, atingiu 7 790 GWh; adicionando a este quantitativo 179 GWh correspondentes ao saldo importador das trocas internacionais, obtemos 7 969 GWh que poderemos considerar como correspondente ao consumo total interno (referido à produção, isto é, incluídas as perdas).

A produção da rede da CPE em 1971 foi de 6 353 GWh, correspondendo a 81,6 % da referida produção total do País — serviço público e particular — e a 87,8 % da produção da rede das principais empresas de serviço público, isto é, da rede de serviço público que se integrava no extinto Repartidor Nacional de Cargas.

Indica-se, seguidamente, como se repartiu a nossa produção, em 1971 e em 1970:

	GWh	
	1971	1970
Produção: Sistema Douro . . . . .	3 458	2 871
Sistema Cávado-Rabagão . . . . .	1 042	1 316
Sistema Zêzere . . . . .	673	759
	<hr/>	<hr/>
Total hidráulico . . . . .	5 173	4 946
Centrais térmicas . . . . .	1 180	1 122
	<hr/>	<hr/>
Total . . . . .	6 353	6 068
Trocas internacionais: Saldo de importação (*) . . . . .	160	18
	<hr/>	<hr/>
Total . . . . .	6 513	6 086

(\*) Importação directa pela CPE (através da linha de 220 kV Saucelle-Pocinho).

A maior produção hidráulica verificada em 1971 no conjunto da nossa rede resulta, em grande parte, da entrada em exploração da nova central de Carrapatelo, no Douro, que produziu cerca de 440 GWh. Verificou-se, por outro lado, uma diminuição da produção dos aproveitamentos de albufeira, essencialmente devido ao facto de se ter entrado no ano de 1971 com uma reserva bastante reduzida, o que não permitiu realizar um desarmazenamento global semelhante ao conseguido em 1970.

O coeficiente de produtibilidade hidroeléctrica global do ano de 1971 situou-se em 0,90 — valor que, referido ao ano hidrológico, se mantém praticamente (0,91), correspondendo a um regime com 63 % de probabilidades de ser excedido. Em 1970 os coeficientes de produtibilidade hidroeléctrica haviam sido de 0,94 e 0,98, respectivamente para o ano civil e para o ano hidrológico.

Em correspondência com o regime de afluências verificado, e dada a situação do armazenamento nas albufeiras, foi forçoso recorrer a importante produção térmica, a qual atingiu 1 180 GWh, correspondendo 884 GWh à central do Carregado e 297 GWh à central da Tapada do Outeiro. Adicionalmente, esta última central continuou a prestar à rede um apreciável apoio em energia reactiva — isto é, para regulação da tensão — com os seus grupos funcionando como compensadores síncronos.

Os fornecimentos aos consumidores de carácter não permanente foram influenciados pelo desfavor do regime hidrológico que não permitiu iniciar o período de fornecimento de energia do tipo temporário. Por esta razão, estes consumos apresentaram durante o ano de 1971 uma redução de cerca de 8 % em relação aos verificados no ano anterior.

A interligação internacional foi mantida em serviço durante a maior parte do ano, embora em geral sem trocas programadas de energia, portanto apenas por motivos de garantia do serviço. Merece, no entanto, referência o quantitativo de energia importada, que, concentrada em dois períodos (início e termo do ano, em ambos os casos em ligação com regimes de severo prolongamento de estiagem), atingiu o significativo valor já indicado. Na realidade, em face do regime de afluências bastante desfavorável ocorrido em princípios do ano, tornou-se conveniente proceder à importação de energia proveniente principalmente de Espanha e, em parte, de França e da Bélgica. No final do ano, a situação do armazenamento nas albufeiras e a verificada repetição de afluências muito desfavoráveis voltaram a aconselhar uma importação de energia de Espanha durante as horas «de vazio». A normalidade com que se recorre à interligação internacional — como aliás acontece em todas as redes europeias — já não justifica que se dê ao assunto realce informativo como notícia, mas neste relatório vale a pena deixar registado não só o facto e os quantitativos respectivos, mas também a nota de que a confiança que a solução representa e a facilidade com que se utiliza são

consequentes da orgânica existente na Europa Ocidental, através do funcionamento da UCPTE (União para a Coordenação da Produção e Transporte de Electricidade) e da UFIPTE (União Franco Ibérica para a Produção e Transporte de Electricidade), nas quais participamos activamente desde há cerca de 10 anos.

### 1.3 — Evolução dos consumos

Na rede das empresas interligadas — abastecendo actualmente cerca de 93 % do consumo total do País — verificou-se, em relação ao ano anterior, um acréscimo de apenas 5,9 % na produção total. Esta percentagem não é, porém, significativa da evolução dos consumos sem adequada e conveniente justificação. Na realidade, decompondo o consumo, como habitualmente, em «permanente» e «não permanente», e tendo em conta as trocas internacionais, verifica-se que a produção para consumos permanentes apresentou, em relação a 1970, um acréscimo de 9,8 %. Quanto aos consumos não permanentes (acrescidos das respectivas perdas), registou-se em 1971 uma redução de 8 %, como já anteriormente se referiu.

A taxa de 9,8 % de acréscimo da produção para consumos permanentes é um pouco superior à que se verificou em 1970.

### 1.4 — Movimento de energia

O balanço da energia produzida na nossa rede e da energia vendida em 1971 é o seguinte:

	GWh
Produção total . . . . .	6 353
Saldo importador . . . . .	160
Energia vendida . . . . .	5 875
Consumo em bombagem (de Venda Nova para o Alto Rabagão) (*) . . . . .	53
Perdas nas centrais e na rede e consumos próprios . . . . .	585

#### Decomposição de energia vendida (GWh)

##### 1) A grandes distribuidores

Companhias Reunidas Gás e Electricidade . . . . . 1 856,1

A transportar . . . . . 1 856,1

(\*) Correspondente a um acréscimo de armazenamento, no Alto Rabagão, de 174 GWh.

Transporte . . . . .	1 856,1	
União Eléctrica Portuguesa		
— Rede Norte . . . . .	962,4	
— Rede Sul . . . . .	620,1	1 582,5
<hr/>		
Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal . . . . .	709,0	
Câmara Municipal do Porto (*) . . . . .	273,1	
Companhia Eléctrica das Beiras . . . . .	264,6	
Hidro Eléctrica Alto Alentejo . . . . .	201,3	
Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve . . . . .	135,3	
Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela . . . . .	73,4	
Hidro Eléctrica Portuguesa . . . . .	3,2	
<hr/>		
Total . . . . .		5 098,5
2) A consumidores directos de energia permanente		
Tracção eléctrica . . . . .	160,7	
Indústria química . . . . .	196,2	
Indústria siderúrgica . . . . .	87,9	
<hr/>		
Total . . . . .		444,8
3) A consumidores de energia de carácter não permanente		
Indústria electroquímica e electrossiderúrgica . . . . .		331,5
<hr/>		
TOTAL DE ENERGIA VENDIDA . . . . .		5 874,8

### 1.5 — Contratos, tarifas e receitas da exploração

Não houve alteração da tarifa geral praticada desde 1966.

Quanto à energia de tarifas especiais para a indústria, a Companhia tem procurado orientar-se no sentido de, através de novos contratos, relacionar directamente o seu preço, não só com o custo real da produção, mas também com o grau de garantia que interessa a cada cliente, sem deixar de ter em atenção a natureza das respectivas actividades, quando consideradas indústrias de reconhecido interesse ou com finalidades essenciais de exportação. Espera-se que assim será possível organizar o abastecimento de energia, com

(\*) Apenas a energia facturada directamente pela CPE.

grau elevado de garantia, a esses consumidores especiais — ressalvados os anos hidrológicamente críticos em que haverá reduções — em substituição do incerto regime até hoje praticado na base de energias «temporárias» que a evolução das condições de produção tem vindo a tornar sem significado.

Durante o ano de 1971 foi aprovado e assinado o contrato de fornecimento de energia eléctrica da CPE à Sociedade Industrial de Celulose (SOCEL), para a instalação electrolítica de produção de cloro e soda cáustica que esta empresa possui em Mitrena (Setúbal).

Foram também negociados contratos de fornecimentos de energia eléctrica com as empresas: Fábrica Europeia de Ferro Maleável (EUROFER), União Industrial Têxtil e Química (UNITECA), Empresa Industrial do Freixo (EIF) e Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos (CPFE).

Segue-se, em quadro, a indicação, comparada com 1970, dos volumes de energia vendida, respectivas receitas e preços médios, discriminados por grupos de clientes.

	Energia vendida GWh		Receita 10 <sup>3</sup> contos		Preço médio ctvs./kWh	
	1971	1970	1971	1970	1971	1970
Redes de distribuição . . .	5099	4646	1734	1548	34,0	33,3
Consumidores directos permanentes . . . . .	445	409	118	109	26,5	26,6
Consumidores de carácter não permanente . . . . .	331	378	73	54	22,1	14,2
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>5875</b>	<b>5433</b>	<b>1925</b>	<b>1711</b>	<b>32,8</b>	<b>31,5</b>

## 1.6 — Abastecimento de combustíveis

### 1.6.1. — Central da Tapada do Outeiro (Produção em 1971: 296,8 GWh)

Devido ao consumo relativamente elevado verificado em 1970, o carvão armazenado no parque da central no início de 1971 era apenas de 261 902 toneladas. Receberam-se durante o ano 181 318 t de antracites nacionais, sendo 13 819 t fornecidas pela Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova e 167 499 t pela Empresa Carbonífera do Douro, concessionária das minas do Pejão.

Os consumos verificados durante o ano atingiram 206 476 t, pelo que o armazenamento diminuiu de 25 158 t, situando-se em 236 744 t no final do ano.

O consumo de fuel-óleo nesta central situou-se em 19 123 t; foram recebidas na central 21 284 t, subindo o armazenamento de 2 641 t, no início do ano, para 4 802 t, no final do ano.

### 1.6.2 — Central do Carregado (Produção em 1971: 883,6 GWh)

Foram recebidas na central do Carregado 239 172 t de fuel-óleo produzido nas refinarias nacionais. O consumo da central situou-se em 198 643 t, pelo que as reservas passaram de 19 129 t, no início do ano, para 59 658 t, no fim do ano.

## 2 — NOVOS EMPREENDIMENTOS

### 2.1 — Empreendimentos em curso de realização

#### 2.1.1 — Centrais hidroeléctricas

Sistema	Empreendimento	Datas previstas de entrada em exploração	Potência MW	Energia produtível (GWh/ano)		Custo estimado actualmente (milhares de contos)
				em ano médio	em ano crítico	
Douro	Carrapatelo Régua Valeira	1971/2	180	1005	623	2290
		Abril 1973	156	743	414	2000
		1.º semestre 1975	240	850	440	2300
Cávado-Homem	Vilarinho	Abril 1972	60	237	170	1100
Mondego	Agueira	2.º semestre 1977	300	205	95	1700 (*)
Tejo	Fratel	Agosto 1973	130	430	208	1000

(\*) Investimento global previsto neste empreendimento de fins múltiplos, a repartir entre o Estado e a CPE.

#### Carrapatelo

Em exploração dois grupos geradores (Abril e Agosto de 1971). O terceiro e último deve entrar em serviço até final de 1972.

#### Régua

Em construção adiantada, estando em curso a montagem dos grupos geradores.

#### Valeira

Iniciaram-se em 1971 as obras deste escalão e adjudicaram-se os equipamentos principais.

#### Vilarinho

Praticamente concluída esta obra, devendo entrar em serviço em Abril de 1972.

## Aguieira

Deram-se início aos trabalhos preliminares deste empreendimento de fins múltiplos, o qual se destina não só à produção de energia mas também à rega dos campos do Baixo Mondego em primeira fase, e de Cantanhede ao Vouga em segunda fase, e ainda à regularização das cheias do rio.

## Fratel

As obras da barragem estão praticamente terminadas devendo prosseguir a construção da central e a montagem do equipamento durante o ano de 1972.

### 2.1.2 — Centrais térmicas

Carregado		Potência MW	Energia pro- dutível em ano seco GWh	Data prevista de entrada em serviço	Investimento previsto actualmente (milhares contos)
2. <sup>a</sup> fase	Grupo 3	125	700	1972	510
	Grupo 4	125	700	1973	410
3. <sup>a</sup> fase	Grupo 5	125	700	1975	620
	Grupo 6	125	700	1975	590

*2.<sup>a</sup> fase da central:* construção civil praticamente terminada.

*Grupo 3* — em fase de arranque

*Grupo 4* — em montagem

*3.<sup>a</sup> fase da central:* a iniciar; em curso de adjudicação o equipamento dos grupos 5 e 6.

### 2.1.3 — Rede de transporte

Prosseguiram, em 1971, os trabalhos de construção de novas linhas e ampliação de subestações.

Quanto a linhas, a actividade construtiva pode sintetizar-se da forma seguinte, em que os comprimentos se referem às concluídas durante o ano ou em construção:

— Linhas de 220 kV: 16 km

— Linhas de 150 kV: 117 km

No que respeita a subestações, deve anotar-se que em 1971 foi aumentada a potência de transformação em 240 MVA, estando ainda em curso novos trabalhos de ampliação em quase todas.

Entretanto, desenvolve-se larga actividade de estudo e projecto no sector da rede de transporte, em conformidade com um vasto programa de expansão, tal como referido adiante em 2.3.

## 2.2 — Planeamento de novos centros produtores

De acordo com os estudos de planeamento efectuados e já submetidos à apreciação oficial, o sistema electroprodutor da CPE deverá incluir nos próximos 15 anos, para fazer face ao crescimento dos consumos, mais o seguinte:

2 500 MW no sistema térmico de base, incluindo grupos térmicos clássicos e nucleares;

1 400 MW, a instalar em centrais hidroeléctricas.

O programa térmico de base deverá incluir:

— Uma nova central térmica no Sul, a fuel-óleo, a localizar junto a Setúbal ou Sines, equipada com grupos de 250 MW e cujo primeiro grupo deverá entrar em serviço em 1976;

— A primeira central nuclear portuguesa, a equipar com reactores de 500 a 600 MW, de que o 1.º grupo deverá entrar em serviço cerca de 1980, ou nos termos do que resultar da melhor articulação com o programa de expansão das refinarias nacionais.

Entretanto, por motivo de segurança e de apoio à rede Sul, prevê-se instalar em 1973 no Algarve um grupo de turbina a gás, de arranque rápido, com cerca de 30 MW.

O programa hidroeléctrico, actualmente em estudo, e a definir até 1973, deverá ter em conta não só as conveniências próprias da rede eléctrica, mas também a orientação oficial no que respeita aos empreendimentos de fins múltiplos; e, ainda, os compromissos decorrentes do convénio luso-espanhol para o aproveitamento dos rios limítrofes.

Entretanto, está já elaborado o projecto de Alqueva, no Guadiana, em ligação com a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, e estão bastante adiantados os projectos de Crestuma e Pocinho, no Douro. Prosseguem estudos relativos às bacias do Lima, Tâmega, Tua e Sabor e está em elaboração o projecto do Minho Internacional, em ligação com a empresa espanhola Fuerzas Electricas del Noroeste, S. A. (FENOSA).

A CPE tem colaborado activamente com as entidades oficiais no domínio do planeamento de novos centros produtores, essencialmente com o Grupo de Trabalho constituído para o efeito na Secretaria de Estado da Indústria e também, em aspectos específicos nucleares, com grupos de estudo funcionando no âmbito da Junta de Energia Nuclear.

## 2.3 — Planeamento da rede de transporte

Prosseguiram em 1971 os estudos de desenvolvimento geral da rede, com apoio nos meios de cálculo de que a empresa dispõe. Os objectivos essenciais visados são os seguintes:

— ampliação das subestações existentes a fim de assegurar a satisfação dos consumos das respectivas áreas de influência;

— criação de novas subestações justificadas pelo crescimento dos consumos e pela correspondente evolução da rede: Pocinho, Régua, Batalha, Cercal, Carregado, Setúbal, Barreiro e Tunes (Algarve);

— construção de novas linhas de transporte necessárias para assegurar a ligação à rede de novas centrais e fazer face ao crescimento dos trânsitos;

— lançamento da nova rede a 380 kV, tornada necessária pelas futuras e potentes centrais térmica do Sul e nuclear, a qual assegurará a interligação à rede europeia a esta tensão no vale do Tejo, para além de reforçar as ligações daquelas centrais com o sistema produtor hidroeléctrico no Norte, na zona do Douro Nacional.

## 3 — INVESTIGAÇÃO

### 3.1 — Laboratório Central

Continuou em 1971 a acção deste departamento com a participação em ensaios de recepção de equipamentos para centrais e subestações, e também em estudos, projectos e conservação no sector das telecomunicações, protecções e aparelhagem de medida. Por outro lado, intensificou-se a cooperação em numerosos problemas ligados ao desenvolvimento da rede da Companhia nos domínios do seu planeamento e exploração.

Em colaboração com as Direcções de Produção, preparou-se uma consulta, que foi lançada no final do ano, para a realização duma importante tarefa de automatização da maior parte das centrais hidroeléctricas — a que se seguirá outra para o equipamento de telecomando — da qual se esperam resultados do maior interesse no quadro da política da gestão de pessoal em curso que poderá, no caso em referência, ser utilizado noutros locais de trabalho de melhores condições de vida e em funções de tecnologia mais evoluída sem recurso a novas admissões.

### 3.2 — Centros de Cálculo

No seguimento do plano de reorganização da Companhia com base no recurso, tão extenso quanto possível, à informática, foi estudado um sistema moderno e de capacidade suficiente para atender às solicitações da Companhia, quer no domínio do cálculo científico, quer no campo da gestão administrativa. No fim do ano foi feita a encomenda de um conjunto de novo equipamento para o Centro de Cálculo de Lisboa, notável à escala do País, que entrará em serviço em 1972 e ficará ligado ao Centro de Cálculo do Porto (cuja capacidade de saída foi ampliada, devendo pròximamente ser reforçada a sua capacidade de memória) e também a terminais em várias instalações da Companhia.

A CPE procura assim — e nesse sentido foram já elaborados os necessários planos gerais — vir a obter, à sua escala nacional, um tratamento integrado dos processamentos, a partir de um banco central de dados, no sentido de possibilitar a conveniente articulação entre as várias facetas da actividade da empresa e uma gestão técnica e administrativa adequada à sua dimensão.

Está prevista, em fase ulterior, a integração do tratamento automático da gestão da exploração no equipamento de cálculo, com entrada directa no computador em tempo real da informação pertinente relativa à rede da Companhia e uma progressiva automatização dos critérios de decisão lógica convenientes.

## 4 — PESSOAL E ORGANIZAÇÃO. ACÇÃO SOCIAL

### 4.1 — Organização geral

No ano findo desenvolveram-se estudos e trabalhos necessários à implantação de um adequado sistema de controle de gestão, em ligação com o planeamento da empresa, e com gestão por objectivos, e recorrendo à informática. Com o apoio de consultores especializados deverá lançar-se em breve a implantação do referido sistema e a correspondente reorganização administrativa.

Com o fim de aperfeiçoar a organização de arranque, iniciaram-se os trabalhos de preparação de um manual de estruturas e de análise do funcionamento da Companhia, por forma a ir definindo linhas de orientação para o futuro.

No decurso do ano de 1971 foi levado a cabo — ainda na sequência das circunstâncias determinadas pela fusão das empresas da rede primária — o estudo aprofundado do problema do enquadramento geral do pessoal da Companhia, com base em critérios actualizados de gestão. Seguindo a orientação indicada no relatório

anterior — melhor aproveitamento das capacidades individuais, concessão de igualdade de oportunidades de promoção e preenchimento dos novos postos de trabalho sem novas admissões —, o provimento dos lugares foi, na medida do possível, levado a efeito por meio de concursos internos que abrangeram cerca de meio milhar de postos de trabalho.

#### 4.2 — Assuntos gerais de pessoal. Conselho do Pessoal

Acompanhámos no decorrer de 1971, no âmbito do Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade, os trabalhos de revisão do novo contrato colectivo de trabalho em seguimento da denúncia feita pelos Sindicatos.

No plano da empresa o processo de revisão geral da análise e qualificação de funções, levada a efeito nas empresas fusionadas, foi concluído, tendo as correcções de vencimentos efeito retroactivo a 1 de Janeiro de 1970, isto é, à época da criação da CPE. Uma comissão de recurso irá ainda apreciar os casos em que os resultados da revisão não sejam considerados satisfatórios, quer pelos funcionários, quer pelas hierarquias, após o que o processo poderá considerar-se ultimado, em paralelo também com a análise e a qualificação das novas funções criadas pela orgânica da Companhia.

Pôs-se também em prática no decorrer do ano um sistema de apreciação profissional com larga participação das hierarquias e com utilização de uma técnica analítica, com o fim não apenas de atribuição de classes de mérito, como determina o contrato colectivo de trabalho, mas também para melhor conhecimento do pessoal, com vista a uma gestão mais eficiente e justa.

Em Julho do ano findo iniciou a sua actividade o Conselho do Pessoal, previsto nos estatutos da CPE, com membros eleitos pelo pessoal na sua constituição e cujo regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração, fora elaborado com a colaboração de representantes do pessoal eleitos para esse fim. O Conselho do Pessoal tem reunido regularmente, ocupando-se de numerosos assuntos de interesse, no quadro das funções informativas e consultivas que lhe competem, e traduzindo uma ampla participação do pessoal na vida da empresa através da estrutura criada pelo regulamento, isto é, através das comissões de núcleo e comissões de departamento — órgãos também designados na base de eleição — que culminam no Conselho propriamente dito.

#### 4.3 — Formação profissional

A formação profissional vai constituir uma das tarefas de maior relevância na vida da CPE, não só pela natureza e importância da

empresa, mas também pelos condicionalismos decorrentes da situação herdada das empresas nela fusionadas.

Neste contexto, iniciaram-se no ano findo acções de reconversão para diversas profissões de carácter geral e entrou em fase de franca organização a formação de pessoal para centrais térmicas. Foram organizados, e entraram em actividade, desde já — com 11 turmas e cerca de duas centenas de alunos — os cursos de formação profissional básica destinados a preparar pessoal para concorrer a postos de trabalho técnicos ou administrativos de níveis funcionais adequados. Espera-se que, do conjunto destas acções, durante os próximos dois anos, resulte a preparação de umas largas centenas de trabalhadores.

Estão, aliás, em estudo cursos de aperfeiçoamento profissional a todos os escalões, alguns dos quais serão lançados em 1972. Simultaneamente foram concedidas, a mais de duas centenas de funcionários, facilidades de horário, empréstimos para despesas escolares e subsídios-prémios para a frequência de cursos exteriores à empresa, em estabelecimentos de ensino oficial ou particular, dando prioridade aos de maior interesse para a Companhia.

O Centro de Formação de Lisboa tem sido largamente utilizado por vários departamentos, tanto em cursos como em sessões de formação e reuniões; entretanto lançou os primeiros cursos por correspondência que já contam com algumas dezenas de alunos. Continuou também a utilizar-se, em algumas instalações exteriores, o ensino pela telescola.

Tem-se participado, no âmbito do Instituto Nacional de Investigação Industrial, no estudo do ensino do ciclo preparatório por correspondência para o pessoal da indústria, esperando-se poder utilizar este processo no próximo ano lectivo.

Continuámos a contar com o apoio do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra e do Centro de Formação Profissional para o Pessoal da Indústria Eléctrica, deixando-se aqui expresso o reconhecimento pela colaboração prestada.

#### 4.4 — Acção social

Na inviabilidade de descrever todos os numerosos aspectos em que incide a acção social da Companhia, destacam-se os seguintes como de maior relevância ou significado:

— Serviços Médicos com assistência aos funcionários da Companhia e seus familiares, num total de cerca de 20 000 pessoas, segundo o esquema próprio da Companhia em complemento dos benefícios concedidos pelos Serviços Médico-Sociais da Previdência, o que permitiu um elevado nível de acção no campo da medicina pre-

- ventiva e curativa, para além da actividade obrigatória no campo da medicina do trabalho e da segurança;
- empréstimos concedidos a funcionários para ajuda à resolução dos problemas de habitação;
- acção de cultura e recreio através da orgânica do CAT da Companhia;
- festas de Natal;
- atribuição de prémios escolares para distinguir os alunos de melhor aproveitamento, não só dentre os filhos do pessoal, mas também abrangendo funcionários da Companhia em estudos oficiais.

## **5 — REPRESENTAÇÃO NOUTRAS EMPRESAS**

### **5.1 — Hidro Eléctrica Portuguesa**

No seguimento dos estudos com vista à viabilidade económica desta empresa, referidos no relatório anterior, foi possível obter o acordo final para que a rede de distribuição da H E P passasse a ser abastecida directamente pela CPE segundo a sua tarifa geral a partir da central de Vilar-Tabuaço (Távora). Melhorou-se assim, consideravelmente, no sector de distribuição, a situação económica desta empresa, na qual a CPE, como accionista majoritária, está representada no Conselho de Administração.

### **5.2 — Empresa Insular de Electricidade (Ponta Delgada)**

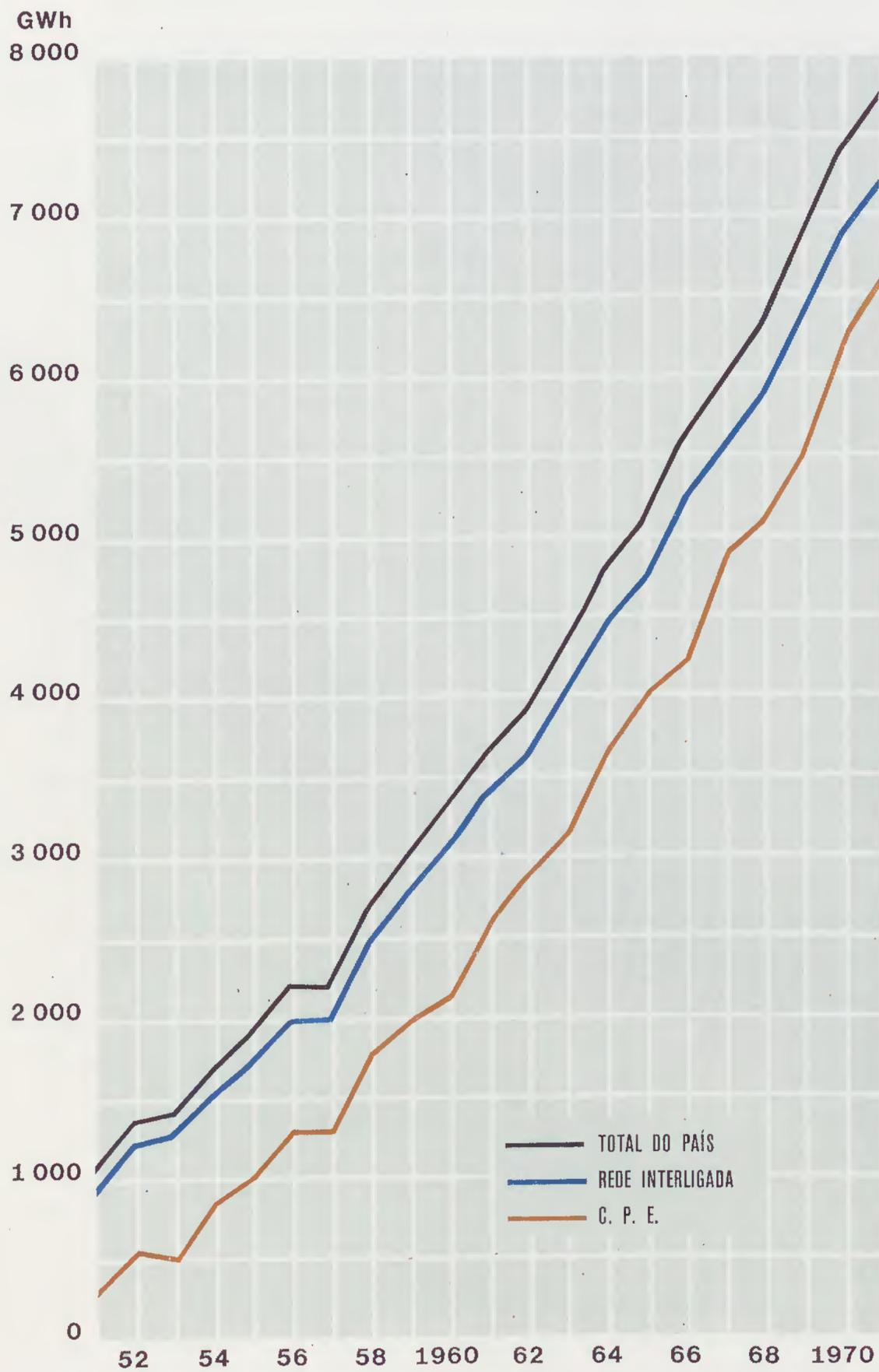
Como referido no relatório anterior, a CPE participa — com o significado de apoio técnico e administrativo ao sector eléctrico das Ilhas Adjacentes — no capital desta empresa concessionária de produção e distribuição no distrito de Ponta Delgada (S. Miguel e S. Maria) e faz parte do Conselho Fiscal e do Conselho Geral, a que preside. Foi elaborado o plano plurianual de desenvolvimento da empresa, abrangendo novos investimentos em centros produtores e na electrificação do distrito. Decorrem actualmente os trabalhos de ampliação da central térmica de Ponta Delgada e de remodelação da rede da cidade, os estudos de aproveitamento dos recursos hidroeléctricos de S. Miguel e a ampliação da electrificação de S. Miguel e Santa Maria.

### **5.3 — Empresa Carbonífera do Douro**

Na qualidade de administrador por parte do Estado temos acompanhado de perto a actividade da empresa e ajudado a resolver algumas das dificuldades, aliás específicas deste sector mineiro que

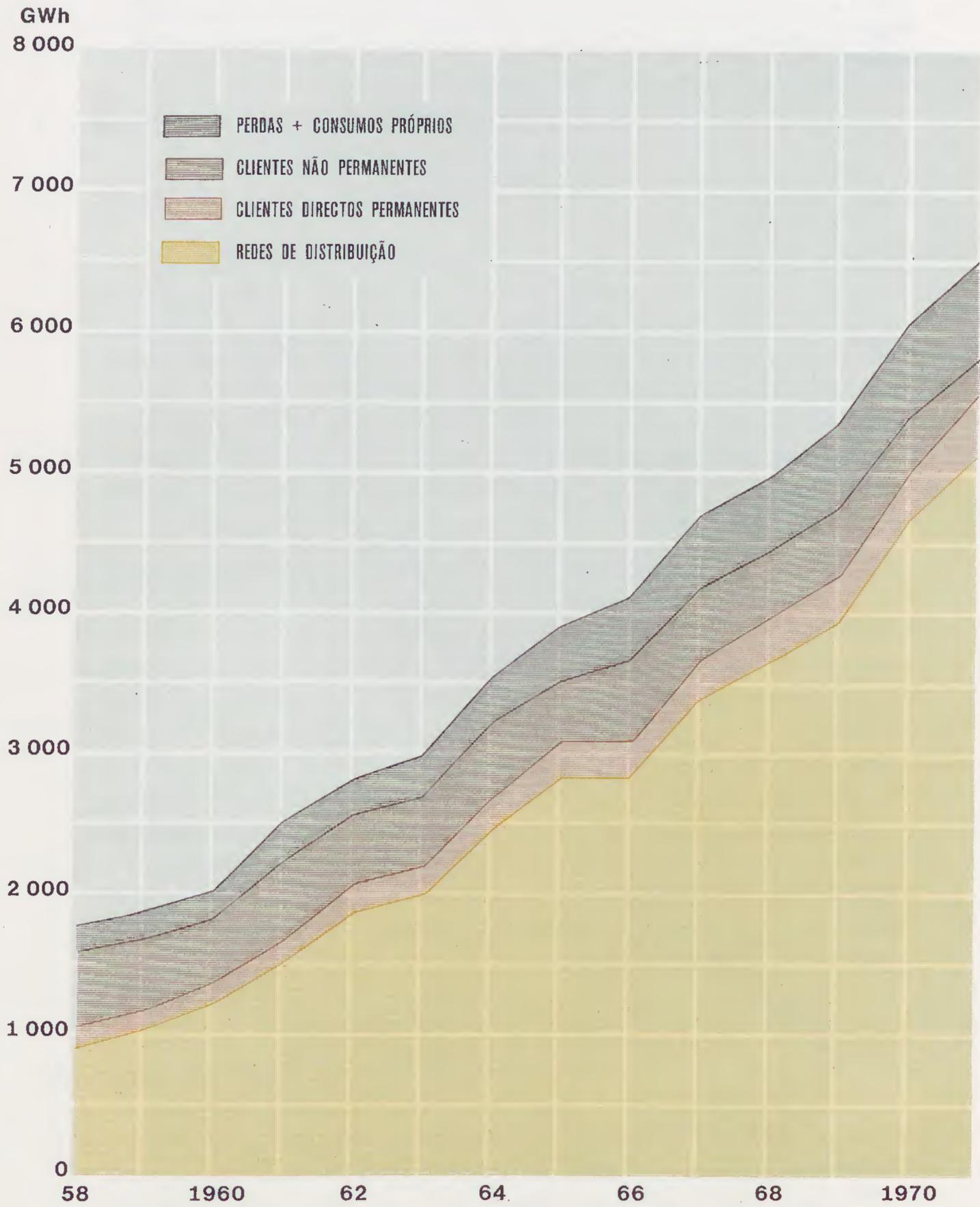
GRÁFICO 1.

POSIÇÃO DA REDE PRIMÁRIA  
NA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA  
EM PORTUGAL

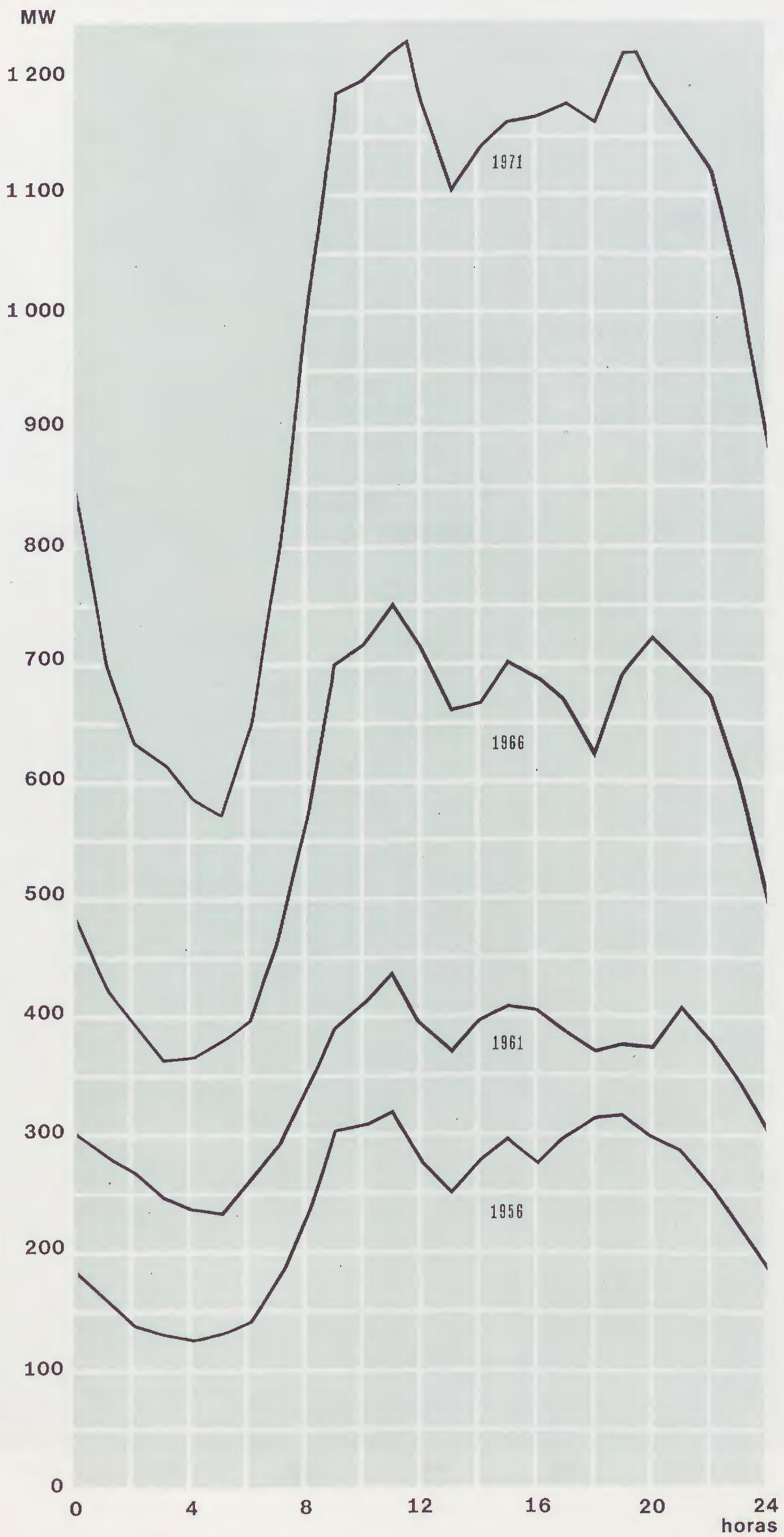


G R Á F I C O 2

REPARTIÇÃO DA ENERGIA PRODUZIDA  
NA REDE PRIMÁRIA

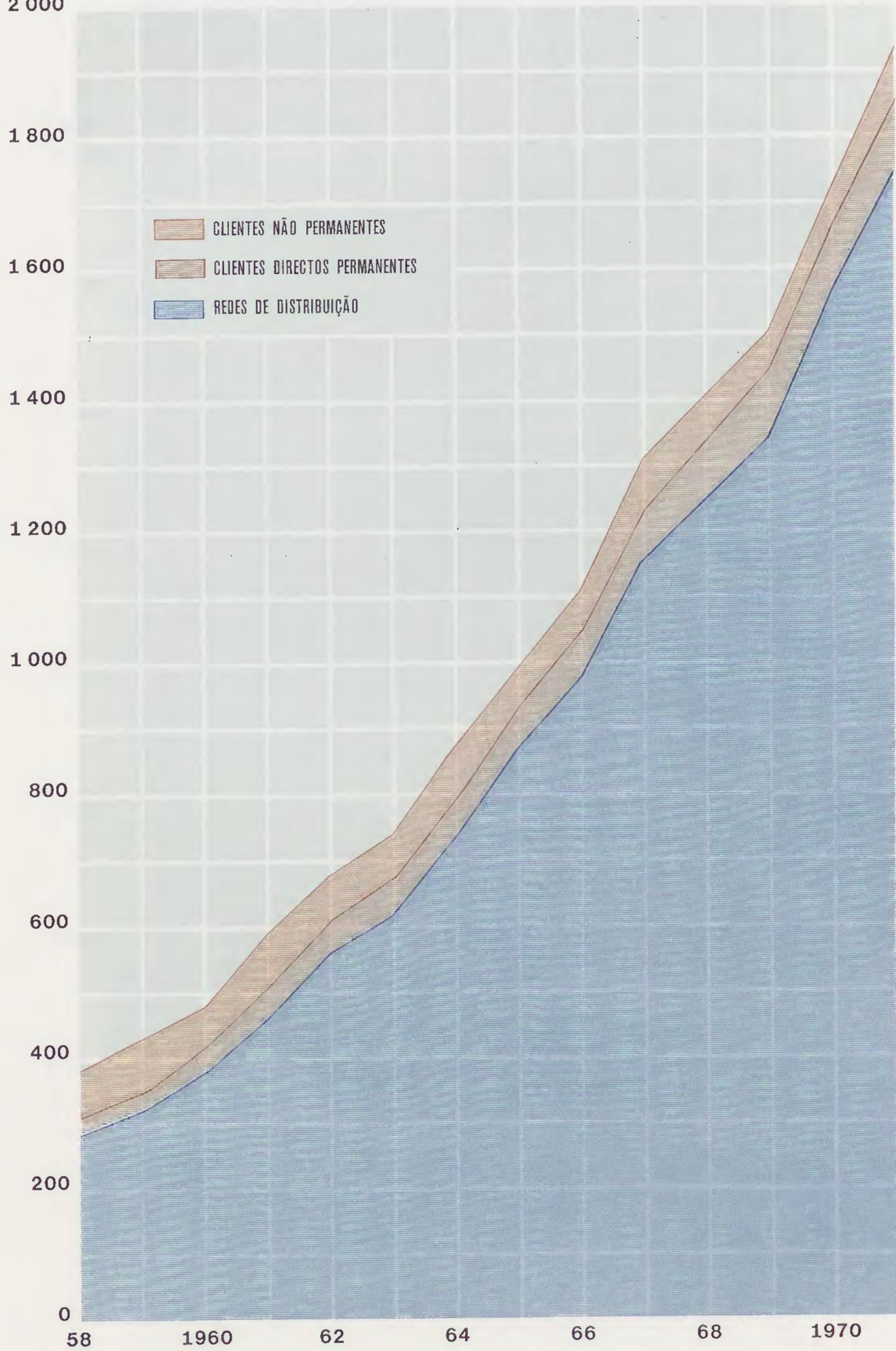


DIAGRAMAS DOS DIAS DE MAIOR CARGA ANUAL  
(REDE PRIMÁRIA)



# RECEITAS DA VENDA DE ENERGIA

10<sup>3</sup> contos  
2 000



só poderá sobreviver num enquadramento energético apropriado, o que se vem processando segundo orientação do Governo.

Da produção global da mina em 1971 — 235 937 toneladas de antracite — 71 % foi encaminhada para a central da Tapada do Outeiro, que, no decorrer de 1972, tende para cliente único.

#### 5.4 — SONEFE

Desde Setembro de 1971, a CPE faz parte do Conselho Fiscal da SONEFE, tendo acompanhado com o maior interesse o desenvolvimento da actividade desta sua congénere ultramarina.

### 6 — INVESTIMENTO E MEIOS FINANCEIROS

O investimento da Companhia, em 1971, atingiu 1 761 883 contos, com a seguinte distribuição:

	Contos
Investimento nas concessões	
— Aproveitamentos hidroeléctricos . . . . .	1 259 844
— Centrais térmicas . . . . .	351 054
— Linhas . . . . .	37 704
— Subestações . . . . .	56 328
— Outros . . . . .	4 243
	1 709 173
Investimento fora das concessões . . . . .	52 710
	1 761 883

Além dos dispêndios com o investimento, a Companhia reembolsou os seus financiadores em 465 667 contos, dos quais 439 873 contos respeitam a financiamentos a longo prazo, referindo-se os restantes 25 794 contos a pré-financiamentos. O desdobramento das amortizações financeiras é o seguinte:

	Mercado Interno (contos)	Mercado Externo (contos)	Total (contos)
OBRIGAÇÕES . . . . .	115 076	9 200	124 276
EMPRÉSTIMOS			
Banco de Fomento Nacional . . . . .	96 224		96 224
Caixa Geral de Depósitos . . . . .	118 046		118 046
Banco Mundial (I. B. R. D.) . . . . .		72 617	72 617
Chase Manhattan Bank . . . . .		28 710	28 710
PRÉ-FINANCIAMENTOS . . . . .	3 044	22 750	25 794
	332 390	133 277	465 667

Para fazer face a estes dispêndios, a Companhia, além da utilização de recursos gerados internamente, negociou a obtenção dos meios financeiros de que necessitou em instituições especiais de crédito nacionais e também, na medida do que se mostrou conveniente, utilizou o diferimento de pagamento de importâncias envolvidas na aquisição de bens de equipamento.

Consequentemente, o financiamento da CPE em 1971 operou-se do seguinte modo:

	Mercado Interno (contos)	Mercado Externo (contos) (*)	Total (contos)
<b>EMPRÉSTIMOS</b>			
Banco de Fomento Nacional . . . . .	600 000		600 000
Caixa Geral de Depósitos . . . . .	826 616		826 616
Banco Mundial (I. B. R. D.) . . . . .		31 920	31 920
Lazard Brothers & Co. Ltd. . . . .		126 433	126 433
<b>PRÉ-FINANCIAMENTOS . . . . .</b>	<b>16 442</b>	<b>32 373</b>	<b>48 815</b>
	<b>1 443 058</b>	<b>190 726</b>	<b>1 633 784</b>

(\*) Execução de contratos de anos anteriores.

A relação Investimentos + Amortizações financeiras/Meios de financiamento foi:

	Contos
Investimentos . . . . .	1 761 883
Amortizações financeiras . . . . .	465 667
	<hr/>
Investimento global . . . . .	2 227 550
	<hr/>
Financiamentos . . . . .	1 633 784
Meios próprios . . . . .	593 766

donde se conclui que o investimento global foi inteiramente coberto por novos capitais permanentes, sendo 73,3 % de empréstimos e 26,7 % de fundos gerados internamente.

## 7 — PLANO DE FINANCIAMENTO PARA 1972

O planeamento da Companhia no que se refere a novos centros electroprodutores e a outras instalações a construir e a montar no ano corrente comporta:

	Contos
Centrais hidráulicas . . . . .	1 583 000
Centrais térmicas . . . . .	552 000
Rede de transporte . . . . .	358 000
Outras . . . . .	89 000
	<hr/>
	2 582 000

Esta previsão de investimento envolverá o dispêndio, em 1972, de cerca de 2 070 000 contos a que se deverá acrescentar o reembolso financeiro previsto (528 000 contos), perfazendo um montante da ordem dos 2 600 000 contos. Para lhe fazer face dispor-se-á de cerca de 730 000 contos provenientes de recursos internos gerados na exploração, pelo que o novo financiamento se situará na ordem de 1 900 000 contos.

Havendo transitado do ano anterior financiamentos contratados na importância de 304 000 contos, em que se incluem 173 384 contos de empréstimos directos a longo prazo obtidos em instituições especiais de crédito nacionais, o total dos novos financiamentos a obter no decurso de 1972 será da ordem de 1 600 000 contos.

A partir das previsões relativas às actividades da Companhia — exploração e investimento — elaborou-se o Orçamento de Tesouraria para 1972, cuja composição, em grandes rubricas, é a seguinte:

### *Recebimentos*

	Milhares de contos
Venda de energia . . . . .	2 053
<b>Financiamentos</b>	
— Transitados do ano anterior . . . . .	304
— A contratar em 1972 . . . . .	1 600
	<hr/>
Outros . . . . .	677
	<hr/>
	4 634

### Pagamentos

Pessoal . . . . .	610
Amortizações financeiras . . . . .	528
Juros e dividendos . . . . .	1 125
Taxas, contribuições e impostos . . . . .	311
Participações financeiras . . . . .	6
Compras, empreitadas e serviços externos	1 807
Outros . . . . .	266
	4 653

Para cobertura do financiamento a contratar, a Companhia recorrerá não só à emissão de obrigações convertíveis — de que a primeira, no valor de 250 000 contos, está em curso no momento de preparação do presente relatório — mas também a outras fontes do mercado financeiro interno, de acordo com a conjuntura.

### 8 — BALANÇO E RESULTADOS

A situação patrimonial da CPE em 1971 está reflectida no balanço cujo montante atinge 18 342 175 contos, distribuído como indica o quadro seguinte, onde se anotam, para comparação, os valores respeitantes ao exercício de 1970.

Contos

	1971	1970	Diferença
<b>ACTIVO</b>			
Disponível . . . . .	349 530	213 818	+ 135 712
Realizável . . . . .	839 025	798 237	+ 40 788
Existência . . . . .	222 607	246 514	— 23 907
Imobilizado bruto . . . . .	19 095 802	17 333 918	+ 1 761 884
Reintegrações . . . . .	(2 164 789)	(1 784 605)	+ (380 184)
Imobilizado líquido . . . . .	16 931 013	15 549 313	+ 1 381 700
Total . . . . .	18 342 175	16 807 882	+ 1 534 293
<b>PASSIVO</b>			
Exigível a curto prazo . . . . .	1 257 663	1 165 627	+ 92 036
Exigível a médio prazo . . . . .	3 006 322	2 510 879	+ 495 443
Exigível a longo prazo . . . . .	5 356 475	4 646 677	+ 709 798
Soma . . . . .	9 620 460	8 323 183	+ 1 297 277
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>			
Inicial . . . . .	5 700 000	5 700 000	
Acumulada . . . . .	309 758	282 758	+ 27 000
Condicionada . . . . .	2 212 627	2 002 726	+ 209 901
Adquirida . . . . .	499 330	499 215	+ 115
Soma . . . . .	8 721 715	8 484 699	+ 237 016

Percentualmente em relação ao total, o balanço da CPE apresenta em 1971 a seguinte estrutura:

Massas patrimoniais	Percentagem	
	Parcial	Total
Disponível . . . . .	1,9	
Realizável . . . . .	4,6	
Existências . . . . .	1,2	
ACTIVO CIRCULANTE . . . . .		7,7
IMOBILIZAÇÕES LÍQUIDAS . . . . .		92,3
		<u>100,0</u>
PASSIVO A CURTO PRAZO . . . . .		6,8
Passivo a médio e longo prazo . . . . .	45,6	
Capitais próprios e condicionados . . . . .	45,0	
CAPITAIS PERMANENTES . . . . .		90,6
LUCROS DISTRIBUIVEIS . . . . .		2,6
		<u>100,0</u>

Conclui-se que:

- o activo circulante cobre as responsabilidades a curto prazo;
- as immobilizações líquidas são cobertas em 98,2 % pelos capitais permanentes;
- a relação capitais alheios/capitais próprios e condicionados é de 1,013, isto é, os capitais alheios excedem apenas em 1,3 % os segundos, pelo que a Companhia dispõe ainda de larga margem para endividamento até se atingir uma estrutura financeira adequada à sua actividade.

Interessará registar ainda que a participação dos capitais próprios e condicionados nas immobilizações líquidas é de 48,7 % contra 51,5 % em 1970, na prossecução de mais adequada estrutura financeira dos capitais da empresa.

Pela primeira vez figura no Balanço a conta «Concessões Mineiras» cuja extensão representa o valor atribuído ao complexo mineiro de Rio Maior, tomado pela CPE de acordo com o que foi superiormente determinado, com vista à utilização das suas lignites na alimentação duma central térmica a instalar à boca da mina.

As reintegrações, constituídas de acordo com os preceitos legais, aumentaram 380 184 contos e representam 14,3 % do activo reintegrável.

No quadro seguinte faz-se a comparação entre o imobilizado e as respectivas reintegrações:

Natureza	Valor de origem	Reintegrações		Valor vivo	
	Contos	Contos	%	Contos	%
Imobilizações afectas às concessões:					
Produção hidráulica . . . . .	10 418 745	990 545	9,5	9 428 200	90,5
Produção térmica . . . . .	2 082 181	309 523	14,9	1 772 658	85,1
Rede de transporte e outras instalações . . . . .	2 278 020	752 834	33,0	1 525 186	67,0
	14 778 946	2 052 902	13,9	12 726 044	86,1
Imobilizações não afectas às concessões . . . . .	408 082	111 887	27,4	296 195	72,6
Total . . . . .	15 187 028	2 164 789	14,3	13 022 239	85,7

O Passivo aumentou 1 297 277 contos, sendo 92 036 contos a curto prazo e 1 205 241 contos a médio e longo prazos.

O exigível a curto prazo inclui 631 050 contos referentes à parte vincenda, até fins de 1972, de todos os financiamentos.

No que se refere às exigibilidades a médio e longo prazos, assinala-se que o seu montante, no final do exercício, era de 8 362 797 contos, incluindo-se neste valor 25 777 contos de débitos condicionados à construção da central térmica de Rio Maior a que já nos referimos.

O movimento da conta «Financiamentos» desdobra-se como se segue:

Contos

	Saldo em 31/12/70	1971		
		Amortização	Financiamento	Saldo
<b>OBRIGAÇÕES</b>				
Mercado interno . . . . .	2 278 799	115 076		2 163 723
Mercado externo . . . . .	127 104	9 200		117 904
<b>EMPRÉSTIMOS</b>				
Mercado interno . . . . .	3 395 723	214 270	1 600 000	4 781 453
Mercado externo . . . . .	1 670 009	101 327	158 353	1 727 035
<b>PRÉ-FINANCIAMENTOS</b>				
Mercado interno . . . . .	47 403	3 044	16 442	60 801
Mercado externo . . . . .	103 171	22 750	32 373	112 794
	7 622 209	465 667	1 807 168 (*)	8 963 710

(\*) Inclui 173 384 contos para utilização no início de 1972.

A Situação Líquida cresceu 237 016 contos, valor em que se engloba a importância de 151 258 contos correspondente ao acréscimo operado em «Subvenções para Investimento».

Estão constituídas as provisões necessárias à cobertura de riscos e de encargos que não puderam ser satisfeitos no ano anterior por circunstâncias exógenas.

Comparam-se, seguidamente, os custos e proveitos da Companhia dos anos de 1970 e 1971:

Contos			
	1971	1970	Diferenças
<b>PROVEITOS</b>			
Venda de energia . . . . .	1 925 336	1 710 582	+ 214 754
Consumos próprios . . . . .	12 146	12 753	— 607
FAT — Cobertura de enc. variáveis	196 066	190 526	+ 5 540
Resultados diversos . . . . .	2 442	5 153	— 2 711
TOTAL . . .	2 135 990	1 919 014	+ 216 976
<b>ENCARGOS</b>			
Compra de energia . . . . .	493		+ 493
Combustíveis . . . . .	164 803	159 884	+ 4 919
Encargos gerais departamentais . .	38 653	32 708	+ 5 945
Encargos de exploração . . . . .	125 738	105 638	+ 20 100
Encargos de conservação . . . . .	82 456	71 233	+ 11 223
Reint. valores afectos concessões . .	312 026	266 802	+ 45 224
Subvenção para investimento . . .	157 500	92 000	+ 65 500
Subvenção para amort. financeira	58 500	18 000	+ 40 500
FAT — Participação na receita . . .	238 742	195 006	+ 43 736
Soma . . .	1 178 911	941 271	+ 237 640
Despesas gerais . . . . .	43 085	26 485	+ 16 600
Despesas de estudo . . . . .	3 561	2 003	+ 1 558
Taxas, contribuições e impostos . .	77 359	133 719	— 56 360
Encargos financeiros . . . . .	323 686	309 029	+ 14 657
Reint. valores não afectos conc.	889	448	+ 441
Enc. a amortizar — amortização . .	13 444	12 859	+ 585
Soma . . .	462 024	484 543	— 22 519
TOTAL . . .	1 640 935	1 425 814	+ 215 121
<b>RESULTADOS</b>	495 055	493 200	+ 1 855

Assinalar-se-á a subida geral de custos, quer nos correspondentes a encargos directos quer nas dotações para encargos indirectos, os primeiros reflectindo as revisões salariais e outros aumentos e os segundos como resultado natural da crescente actividade da Companhia nos domínios da exploração e da construção.

A receita, desenvolvendo-se com um acréscimo da ordem dos 12,6 % sobre a que se contabilizou no ano anterior, permitiu a cobertura total dos maiores encargos verificados.

Far-se-á uma referência especial ao Fundo de Apoio Térmico, o qual participou, por despacho ministerial, na receita da venda de energia em 12,4 %, correspondente a 238 741 614\$90 da referida receita, com o que se fez face às contingências decorrentes de um ano hidrológico menos favorável, a traduzirem-se em:

	Contos
Encargos variáveis da produção térmica . . . . .	196 066
Importação e compra de energia . . . . .	45 255
	<hr/>
	241 321

Referir-se-á que os encargos financeiros do ano totalizaram 554 041 contos, com o acréscimo de 110 211 contos sobre a despesa de idêntica natureza do ano anterior, em resultado dos novos financiamentos contratados, da subida das taxas de juro e do realinhamento das paridades monetárias.

A parcela destes encargos que corresponde aos financiamentos dos bens em exploração atinge 322 300 contos, tendo sido de 309 029 contos os encargos do ano anterior. O aumento de 13 271 contos deve-se não só ao atrás referido, como também à entrada em exploração de novos meios de produção e transporte.

Conforme anteriormente referido, em 1971 facturou-se 5 875 GWh por 1 925 336 contos, o que conduziu ao preço médio de \$32,8 por kWh vendido.

A decomposição deste preço, é a seguinte:

	%	Valor
Compra de energia, combustíveis e apoio térmico . . . . .	10,67	\$03,5
Despesas gerais, incluindo taxas, contribuições e impostos . . . . .	9,14	\$03,0
Encargos de exploração e de conservação . . . . .	10,67	\$03,5
Reintegrações . . . . .	16,16	\$05,3
Encargos financeiros . . . . .	16,78	\$05,5
Subvenções legais (*) . . . . .	11,28	\$03,7
Resultados . . . . .	25,30	\$08,3
	<hr/>	<hr/>
	100,00	\$32,8

(\*) Decretos-Lei n.ºs 46 031, de 14-11-1964 e 46 917, de 23-3-1966.

De salientar que, não obstante não terem sido favoráveis as condições da exploração, como já se referiu, foi possível aumentar a capacidade de financiamento não oneroso, que se situou em 623 mil contos, correspondente a 28 % do investimento e da amortização financeira do ano, o que conduz, realmente, a um autofinanciamento disponível para novos investimentos de 9,3 % do dispendido em activo immobilizado.

Os fluxos da nossa tesouraria verificaram-se durante o ano de 1971 como se segue:

	Contos
<b>ORIGEM DE FUNDOS:</b>	
Receita cobrada de energia eléctrica . . . . .	1 897 605
Financiamentos . . . . .	1 807 167
Resultados diversos . . . . .	2 442
	<hr/>
	3 707 214
 <b>APLICAÇÃO DE FUNDOS:</b>	
Exploração:	
— Despesas operacionais . . . . .	499 374
— Encargos financeiros . . . . .	233 248
— Impostos . . . . .	55 676
	<hr/>
	788 298
Investimento . . . . .	1 761 883
Reembolsos financeiros . . . . .	458 294
Dividendos . . . . .	438 139
Participações financeiras . . . . .	7 500
Outras . . . . .	117 388
	<hr/>
	3 571 502
<b>AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES . . . . .</b>	<b>135 712</b>
	<hr/> <hr/>
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO ANO . . . . .</b>	<b>213 818</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO FIM DO ANO . . . . .</b>	<b>349 530</b>

O não ajustamento de algumas verbas deste quadro com os valores constantes das contas publicadas, resulta do facto de serem aqui referidos apenas os movimentos de fundos.

O saldo do exercício — 495 055 221\$80 — adicionado do saldo do exercício anterior perfaz 499 330 265\$38.

Em face deste resultado, tem de concluir-se não ser ainda possível este ano — perante as características energéticas desfavoráveis e a necessidade que houve de observar níveis mínimos de auto-financiamento como é essencial num sector desta natureza — aumentar o dividendo habitual de 8 %, como desejaríamos.

Nestas condições, o Conselho de Administração tem a honra de propor à Assembleia Geral a seguinte distribuição do saldo do exercício:

1 — Reserva Legal . . . . .	27 000 000\$00
2 — Participação do pessoal nos lucros (n.º 1 do art. 52.º dos Estatutos)	30 000 000\$00
3 — Dividendo de 8 % às 5 474 330 acções em circulação . . . . .	437 946 400\$00
4 — Saldo para conta nova . . . . .	4 383 865\$38
	<hr/>
	499 330 265\$38

## 9 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela honra que para nós representou começaremos por fazer referência à visita realizada, em Julho, pelo Venerando Chefe de Estado, à nossa central termoelétrica do Carregado. Nessa visita foi Sua Excelência acompanhado pelos Senhores Ministro das Finanças e da Economia, Ministro das Obras Públicas e das Comunicações, Secretário de Estado da Indústria e por outras individualidades. Deixamos aqui registado o facto, pelo grande significado que reveste e para, mais uma vez, agradecermos ao Senhor Presidente da República a compreensão e interesse que lhe têm suscitado os nossos aproveitamentos e realizações.

Em Abril esteve connosco o Senhor Presidente do Conselho de Ministros visitando, sucessivamente, as obras de Carrapatelo, Régua e Vilarinho das Furnas e o aproveitamento do Alto Rabagão. Neste percurso foi o Senhor Presidente do Conselho acompanhado pelo Senhor Ministro das Obras Públicas e das Comunicações. Pelo incitamento que representa e pelo apoio que sentimos, insere-se aqui a notícia para renovarmos de forma expressiva o nosso reconhecimento.

Nas obras em curso do Douro Nacional — Carrapatelo e Régua — e na de Fratel, no Tejo, esteve o Senhor Secretário de Estado da Indústria nos meses de Março e Maio, respectivamente. A visita das obras no Douro associou-se o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas.

Realçamos todos estes factos demonstrativos da atenção que aos membros do Governo merece a CPE, como empresa a quem compete produzir, nas quantidades sempre crescentes de que o País carece, um bem que está na base de todo o desenvolvimento económico da Nação.

Para lugar de Presidente do Conselho Fiscal foi designado pelo Governo, como determinam os estatutos, o Senhor Dr. Manuel Pires, de cuja colaboração e ajuda a Companhia altamente virá a beneficiar.

Uma empresa com a dimensão e características da nossa tem, necessariamente, frequentes contactos com os membros do Governo da Nação. Nesses contactos sempre se tem encontrado muita compreensão e o apoio necessário ao desenvolvimento de uma actividade de acrescidas responsabilidades. Agradecemos por isso ao Governo da Nação e em especial, aos Senhores Ministro das Finanças e da Economia, Ministro das Obras Públicas e das Comunicações, Ministro das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência e aos Senhores Secretário de Estado da Indústria, Secretário de Estado do Tesouro, Secretário de Estado do Orçamento e Secretário de Estado do Trabalho e Previdência o incentivo inestimável que nos têm dado.

Agradecemos a todas as Direcções-Gerais, à Comissão de Fiscalização das Obras dos Grandes Aproveitamentos Hidroeléctricos e outras entidades com quem temos tido assuntos a tratar, a prestiosa ajuda que nos dispensaram.

É ainda devida uma palavra de muito reconhecimento às instituições de crédito com quem mais temos trabalhado, sendo de destacar a acção do Banco de Portugal pela boa compreensão manifestada pelos problemas que lhe temos posto, a da Caixa Geral de Depósitos e do Banco de Fomento Nacional pela posição de financiadores relevantes que cada vez com mais expressão têm vindo a assumir, proporcionando os vultosos capitais de que a Companhia tem necessidade para fazer face à sua expansão.

O Conselho Fiscal tem acompanhado muito de perto a actividade e a gestão da empresa. Cumpre agradecer aos seus membros a cooperação expressiva e valiosa que nos têm prestado.

Ao pessoal é devido um voto de louvor pelo interesse que vem pondo no desempenho da sua actividade nesta fase ainda delicada da vida da Empresa, no contexto das naturais dificuldades decorrentes da fusão.

Porto, 24 de Fevereiro de 1972

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*José Albino Machado Vaz* — Presidente  
*Fernando Ivo Gonçalves* — Vice-Presidente; Presidente do Conselho de Gerência  
*Manuel Rafael Amaro da Costa* — Vogal do Conselho de Gerência  
*Pedro Manuel de Oliveira Reis* — Vogal do Conselho de Gerência  
*José de Oliveira Campos* — Vogal do Conselho de Gerência  
*Valentim de Almeida e Sousa* — Vogal do Conselho de Gerência  
*Elycio de Oliveira Alves Pimenta*  
*Fernando Moreira Ribeiro*  
*Henrique Veiga de Macedo*  
*Hermes Augusto dos Santos*  
*Júlio Manuel Pereira*

MAPAS

## BALANÇO EM 31 DE

<u>ACTIVO</u>			
<b>DISPONÍVEL</b>			
Caixa . . . . .		1 015 192\$70	
Bancos . . . . .		348 514 378\$62	349 529 571\$32
<b>REALIZAVEL</b>			
Efeitos a Receber . . . . .		11 043 416\$90	
Clientes . . . . .		375 677 998\$40	
Devedores e Credores Gerais — Saldos Devedores . . . . .		139 252 816\$03	
Fornecedores e Empreiteiros — Saldos Devedores . . . . .		59 047 767\$25	
Fundo de Apoio Térmico . . . . .		2 827 747\$60	
Acções Próprias . . . . .		225 670 000\$00	
Carteira de Títulos . . . . .		25 505 371\$75	839 025 117\$93
<b>EXISTÊNCIAS</b>			
Materiais em Armazém . . . . .		112 856 120\$18	
Combustíveis . . . . .		82 846 086\$91	
Obras em Curso . . . . .		26 904 950\$41	222 607 157\$50
<b>IMOBILIZADO</b>			
Participações Financeiras . . . . .		70 821 350\$00	
Encargos a Amortizar . . . . .		19 746 585\$30	
Concessões Mineiras . . . . .		26 260 237\$30	
Estudos e Projectos Gerais . . . . .		114 361 494\$61	
Imobilizações em Curso . . . . .		3 677 583 677\$00	
Imobilizações Afectas às Concessões:			
Aproveitamentos Hidroeléctricos . . . . .	10 418 744 969\$60		
Reintegrações . . . . .	— 990 544 402\$54	9 428 200 567\$06	
Centrais Térmicas . . . . .	2 082 180 655\$53		
Reintegrações . . . . .	— 309 522 842\$02	1 772 657 813\$51	
Linhas . . . . .	1 253 163 478\$60		
Subestações . . . . .	896 138 783\$80		
Outras Imobilizações . . . . .	128 717 945\$89		
Reintegrações . . . . .	2 278 020 208\$29	1 525 186 520\$06	12 726 044 630\$63
Reintegrações . . . . .	— 752 833 958\$23		
Imobilizações não Afectas às Concessões . . . . .		408 082 304\$65	
Reintegrações . . . . .	— 111 887 383\$90	296 194 920\$75	16 931 012 895\$59
<hr/>			
			18 342 174 742\$34
Contas de Ordem . . . . .			3 631 268 832\$72

Porto, 24 de Fevereiro de 1972

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

**PASSIVO**

**CURTO PRAZO**

Dividendos a Pagar . . . . .		10 265 002\$85	
Juros a Pagar . . . . .		9 402 716\$52	
Obrigações Sorteadas . . . . .		15 685 500\$00	
Efeitos a Pagar . . . . .		181 091 465\$80	
Participações a Liberar . . . . .		6 000 000\$00	
Financiamentos:			
Obrigações . . . . .	136 480 500\$00		
Empréstimos . . . . .	459 188 289\$20		
Com Garantia por Efeitos a Pagar . . . . .	35 381 104\$59	631 049 893\$79	
Devedores e Credores Gerais — Saldos Credores . . . . .		95 085 353\$83	
Fornecedores e Empreiteiros — Saldos Credores . . . . .		183 399 800\$36	
Provisões — Para Encargos Fiscais . . . . .		125 683 000\$00	1 257 662 733\$15

**MÉDIO PRAZO**

Efeitos a Pagar . . . . .		4 359 377\$60	
Financiamentos:			
Obrigações . . . . .	607 897 250\$00		
Empréstimos . . . . .	2 264 555 045\$20		
Com Garantia por Efeitos a Pagar . . . . .	129 510 568\$20	3 001 962 863\$40	3 006 322 241\$00

**LONGO PRAZO**

Financiamentos:			
Obrigações . . . . .	1 537 249 000\$00		
Empréstimos . . . . .	3 784 745 197\$01		
Com Garantia por Efeitos a Pagar . . . . .	8 703 431\$40	5 330 697 628\$41	
Valores Condicionados . . . . .		25 777 430\$30	5 356 475 058\$71
			9 620 460 032\$86

**SITUAÇÃO LÍQUIDA**

**INICIAL**

Capital . . . . .			5 700 000 000\$00
-------------------	--	--	-------------------

**ACUMULADA**

Reservas			
Obrigatórias:			
Legal . . . . .		81 400 000\$00	
Facultativas:			
Estabilização de Dividendos . . . . .	218 187 747\$53	228 357 747\$53	309 757 747\$53
Acção Social . . . . .	10 170 000\$00		

**CONDICIONADA**

Subvenções Recebidas:			
Para Investimento (*) . . . . .	686 022 827\$62	1 033 873 192\$72	
Para Amortização Financeira . . . . .	347 850 365\$10		
Comparticipações . . . . .		89 242 187\$17	
Reconstituição do Investimento (*) . . . . .		1 015 079 104\$94	
Provisões . . . . .		74 432 211\$74	2 212 626 696\$57

**ADQUIRIDA**

Lucros e Perdas:			
De Exercícios Anteriores . . . . .	4 275 043\$58		
Do Exercício . . . . .	495 055 221\$80	499 330 265\$38	8 721 714 709\$48
			18 342 174 742\$34
Contas de Ordem . . . . .			3 631 268 832\$72

(\*) Incluem fundos sujeitos aos condicionamentos do Decreto-Lei n.º 49 211, de 27-8-69, designadamente o seu art. 12.º.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- José Albino Machado Vaz* — Presidente  
*Fernando Ivo Gonçalves* — Vice-Presidente; Presidente do Conselho de Gerência  
*Manuel Rafael Amaro da Costa* — Vogal do Conselho de Gerência  
*Pedro Manuel de Oliveira Reis* — Vogal do Conselho de Gerência  
*José de Oliveira Campos* — Vogal do Conselho de Gerência  
*Valentim de Almeida e Sousa* — Vogal do Conselho de Gerência  
*Elysio de Oliveira Alves Pimenta*  
*Fernando Moreira Ribeiro*  
*Henrique Veiga de Macedo*  
*Hermes Augusto dos Santos*  
*Júlio Manuel Pereira*

<u>D É B I T O</u>		
Compra de Energia . . . . .		493 440\$00
Combustíveis . . . . .		164 803 298\$84
Encargos Gerais Departamentais (Quota-Parte):		
Pessoal . . . . .	25 786 063\$72	
Fornecimentos e Serviços Externos . . . . .	3 863 714\$06	
Materiais de Armazém . . . . .	20 665\$67	
Serviços e Prestações Internas . . . . .	3 907 388\$63	
Reintegração de Valores não Afectos às Concessões . . . . .	2 137 602\$30	
Outras Despesas . . . . .	2 937 837\$58	38 653 271\$96
Encargos de Exploração:		
Pessoal . . . . .	88 728 913\$61	
Fornecimentos e Serviços Externos . . . . .	11 860 625\$20	
Materiais de Armazém . . . . .	4 647 542\$08	
Serviços e Prestações Internas . . . . .	19 099 715\$20	
Reintegração de Valores não Afectos às Concessões . . . . .	367 345\$07	
Outras Despesas . . . . .	1 033 777\$43	125 737 918\$59
Encargos de Conservação e Reparação:		
Pessoal . . . . .	43 084 586\$56	
Fornecimentos e Serviços Externos . . . . .	10 800 944\$31	
Materiais de Armazém . . . . .	7 406 842\$21	
Serviços e Prestações Internas . . . . .	21 128 648\$23	
Outras Despesas . . . . .	34 394\$15	82 455 415\$46
Reintegração de Valores Afectos às Concessões . . . . .		312 025 511\$31
Subvenção para Investimento . . . . .		157 500 000\$00
Subvenção para Amortização Financeira . . . . .		58 500 000\$00
Fundo de Apoio Térmico S/ Participação na Receita . . . . .		238 741 614\$90
		1 178 910 471\$06
Resultados da Exploração . . . . .		954 637 023\$49
		2 133 547 494\$55

Porto, 24 de Fevereiro de 1972

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

CRÉDITO

Venda de Energia . . . . .	1 925 335 603\$90
Consumos Próprios . . . . .	12 145 536\$80
Fundo de Apoio Térmico Cobertura de Encargos Variáveis . . . . .	196 066 353\$85

---



---

2 133 547 494\$55

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*José Albino Machado Vaz* — Presidente  
*Fernando Ivo Gonçalves* — Vice-Presidente; Presidente do Conselho de Gerência  
*Manuel Rafael Amaro da Costa* — Vogal do Conselho de Gerência  
*Pedro Manuel de Oliveira Reis* — Vogal do Conselho de Gerência  
*José de Oliveira Campos* — Vogal do Conselho de Gerência  
*Valentim de Almeida e Sousa* — Vogal do Conselho de Gerência  
*Elysio de Oliveira Alves Pimenta*  
*Fernando Moreira Ribeiro*  
*Henrique Veiga de Macedo*  
*Hermes Augusto dos Santos*  
*Júlio Manuel Pereira*

D É B Í T O

## Despesas Gerais (Quota-Parte):

Órgãos Sociais . . . . .	2 428 664\$55	
Pessoal . . . . .	27 679 085\$07	
Expediente . . . . .	870 463\$10	
Publicidade e Propaganda . . . . .	598 186\$00	
Outras . . . . .	11 509 076\$87	43 085 475\$59

## Despesas de Estudo (Rede geral e investigação):

Pessoal . . . . .	543 868\$70	
Materiais e Serviços Externos . . . . .	181 594\$84	
Serviços Internos e Outras Despesas . . . . .	2 835 226\$79	3 560 690\$33

Taxas, Contribuições e Impostos . . . . .		55 675 633\$30
Encargos Financeiros . . . . .		323 686 014\$71
Reintegração de Valores não Afectos às Concessões . . . . .		888 566\$10
Encargos a Amortizar — Amortização . . . . .		13 444 444\$17

440 340 824\$20

Provisão para Encargos Fiscais — Constituição . . . . .		68 860 799\$70
---------------------------------------------------------	--	----------------

509 201 623\$90

**SALDO:**

De Exercícios Anteriores . . . . .	4 275 043\$58	
Do Exercício . . . . .	495 055 221\$80	499 330 265\$38
		1 008 531 889\$28

Porto, 24 de Fevereiro de 1972

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

CRÉDITO

Resultados da Exploração Eléctrica . . .			954 637 023\$49
Resultados Diversos:			
Rendimentos de Valores Mantidos para Fruição . . . . .		86 393\$25	
Encargos Financeiros (Rendimentos financeiros) . . . . .		1 386 093\$43	
Descontos de Pronto Pagamento e Bónus de Fornecedores . . . . .		227 509\$52	
Remunerações pelo Desempenho de Cargos em Órgãos de Outras Sociedades . . . . .		12 660\$70	
Rendimentos pela Prestação de Serviços . . . . .		1 828\$55	
Mais-Valias e Outros Rendimentos . . . . .		1 134 040\$93	
		<hr/>	
		2 848 526\$38	
Exploração de Oficinas (Prejuízo) . . . . .	— 233 492\$27		
Exploração dos Transportadores de Carvão (Prejuízo) . . . . .	— 60 896\$70		
Resultados com a Cedência de Valores Mantidos para Fruição (Prejuízo) . . . . .	— 112 114\$90	— 406 503\$87	2 442 022\$51
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
			957 079 046\$00
Provisão para Encargos Fiscais — Utilização . . . . .			47 177 799\$70
			<hr/>
			1 004 256 845\$70
			4 275 043\$58
De Exercícios Anteriores . . . . .			<hr/>
			1 008 531 889\$28
			<hr/> <hr/>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*José Albino Machado Vaz* — Presidente

*Fernando Ivo Gonçalves* — Vice-Presidente; Presidente do Conselho de Gerência

*Manuel Rafael Amaro da Costa* — Vogal do Conselho de Gerência

*Pedro Manuel de Oliveira Reis* — Vogal do Conselho de Gerência

*José de Oliveira Campos* — Vogal do Conselho de Gerência

*Valentim de Almeida e Sousa* — Vogal do Conselho de Gerência

*Elysio de Oliveira Alves Pimenta*

*Fernando Moreira Ribeiro*

*Henrique Veiga de Macedo*

*Hermes Augusto dos Santos*

*Júlio Manuel Pereira*



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS:

O Relatório, Balanço e Contas apresentados pelo Conselho de Administração para apreciação de V. Ex.<sup>as</sup> traduzem de forma expressiva a evolução da vossa Companhia no exercício findo.

Ao longo de 1971 foi-se consolidando o trabalho de organização iniciado no ano anterior, que contribuiu para uma melhor integração das cinco empresas fusionadas. Continuam em estudo aperfeiçoamentos do sistema de gestão, que devem facilitar um mais completo enquadramento geral do pessoal, cujos problemas, incluindo o da acção social, têm sido objecto de atenta actuação dos dirigentes.

Manteve-se a fase de expansão da produção e venda de energia eléctrica, não obstante factores desfavoráveis do regime hidrológico. É ainda de acentuar que prosseguiu activamente o investimento em novos empreendimentos — nas centrais hidroeléctricas, nas centrais térmicas e na rede de transporte — embora se tivesse sentido a incidência da rarefacção da mão-de-obra para se atingir o volume dos trabalhos planeados.

Como no ano anterior, no cumprimento das nossas obrigações, foi-nos concedida ampla colaboração, tendo-nos sido prestados esclarecimentos e apresentados elementos pedidos. Das verificações que nos incumbiam e a que procedemos regularmente, concluimos encontrar-se tudo na devida ordem.

Ouvimos a auditoria externa após o termo do exercício.

É nosso parecer que o Balanço, a Conta de Exploração Eléctrica, a de Lucros e Perdas, bem como o Relatório do Conselho de Administração, estão de harmonia com as disposições legais e estatutárias e que os critérios valorimétricos seguidos assentam nos métodos contabilísticos usuais e nas normas relativas à actividade da vossa Companhia.

Acompanhamos o Conselho de Administração no reconhecimento devido a todas as entidades que prestaram o seu apoio à CPE e agradecemos as referências que nos foram feitas.

Terminando, propomos que aproveis:

- 1.º — O Relatório, Balanço e Contas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1971;
- 2.º — A aplicação proposta para o saldo da conta de Lucros e Perdas;
- 3.º — Um voto de louvor aos Conselhos de Administração e de Gerência, pela competência e zelo com que conduziram a vida da Companhia;
- 4.º — Um voto de louvor a todo o pessoal, pelo seu interesse no desempenho das respectivas funções.

Lisboa, 7 de Março de 1972

O CONSELHO FISCAL

*Manuel Pires* — Presidente

*António Amaral*

*Félix Bernardino de Freitas Veloso*

*José dos Santos Ferreira da Costa*

*Adelino da Palma Carlos*, por Comp.<sup>as</sup> Reunidas Gás e Electricidade, S A.R.L.





